



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Centro de Estudos

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## EDITAL N.º N. 1

### EDITAL N.º 01/2023 – CENTRO DE ESTUDOS/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS(AS) DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO PARA OS CURSOS DE DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL (CURSOS CORRELATOS AS ESPECIALIDADES DE ARTES-GRÁFICAS OU AUDIOVISUAL), PUBLICIDADE E PROPAGANDA, JORNALISMO, ENGENHARIA CIVIL, INFORMÁTICA (ESPECIALIDADES REDES, SUPORTE OU DESENVOLVIMENTO), LETRAS/LIBRAS, LETRAS/PORTUGUÊS, PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no exercício de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar n 80, de 12 de janeiro de 1994; Lei Complementar Estadual n 117, de 04 de novembro de 1994, assim como pela Lei n 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução nº 99/2021-CS/DPERO, de 05 de Fevereiro de 2021 e a Resolução nº 83/2019-CS/DPERO, de 14 de Junho de 2019 resolve publicar o XIII Processo Seletivo para Provimento de Cadastro Reserva de Estagiários(as) de Graduação e Pós-Graduação para os cursos de Direito, Administração, Comunicação Social (cursos correlatos as especialidades de artes-gráficas ou audiovisual), Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Engenharia civil, Informática (especialidades redes, suporte ou desenvolvimento), Letras/Libras, Letras/Português, Psicologia, Serviço Social e Ciências Contábeis para a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este edital destina-se a normatizar o processo de seleção de estudantes para estágio acadêmico, não obrigatório, em nível de Graduação e de Pós-graduação, destinado ao preenchimento das vagas para cadastros de reserva, oferecido e remunerado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia, distribuídas na comarca de Porto Velho e nas comarcas do interior, conforme cursos de graduação, pós-graduação e localidades dispostos no quadro a seguir.

Lotação do(a) Estagiário(a)	Cursos de Graduação e Pós-graduação	N. de Vagas
	<b>Direito</b>	CR
	<b>Administração</b>	CR

Porto Velho	<b>Comunicação Social ou afins – especializado em artes-gráficas</b>	CR
	<b>Ciências Contábeis</b>	CR
	<b>Comunicação Social ou afins – especializado em audiovisual</b>	CR
	<b>Publicidade e Propaganda</b>	CR
	<b>Engenharia Civil</b>	CR
	<b>Informática (Redes)</b>	CR
	<b>Informática (Suporte)</b>	CR
	<b>Informática (Desenvolvimento)</b>	CR
	<b>Jornalismo</b>	CR
	<b>Letras/Libras</b>	CR
	<b>Letras/Português</b>	CR
	<b>Psicologia</b>	CR
	<b>Serviço Social</b>	CR
Alta Floresta do Oeste	<b>Direito</b>	CR
Alvorada do Oeste		CR
Buritis		CR
Cerejeiras		CR
Colorado do Oeste		CR
Costa Marques		CR
Espigão do Oeste		CR
Guajará-Mirim		CR
Jaru		CR
Machadinho do Oeste		CR
Nova Brasilândia do Oeste		CR
Ouro Preto do Oeste		CR
Pimenta Bueno		CR
Presidente Médici		CR
Rolim de Moura		CR
Santa Luzia do Oeste		CR
São Francisco do Guaporé		CR
São Miguel do Guaporé		CR
Ariquemes		CR
Cacoal		CR
Ji-Paraná	CR	
Vilhena	CR	

CR – Cadastro de Reserva

1.2 O horário de aproveitamento do(a) estagiário(a) será fixado de acordo com a conveniência da Defensoria Pública de Rondônia, com carga horária diária de **5 (cinco) horas** para o **estágio de graduação**, e carga horária diária de **6 (seis) horas** para o estágio de **pós-graduação**, nos turnos matutino ou vespertino, conforme o interesse e necessidade da administração.

1.3 O regime de trabalho será presencial.

1.4 Os(as) estagiários(as) serão designados para exercer suas atividades nos órgãos da Defensoria Pública, cuja escolha incumbe única e exclusivamente à administração da instituição, atendida a disponibilidade de vagas. **A ordem de classificação, por si só, não gera direito à convocação.**

1.5 Os(as) estagiários(as) de graduação e Pós-graduação em Direito não poderão exercer as atividades privativas dos(as) Defensores(as) Públicos(as).

1.6 Os estágios de graduação e de Pós-graduação de não cria vínculo empregatício entre o(a) estagiário(a) e a Administração Pública.

1.7 Os(as) estagiários(as) de graduação e de Pós-graduação deverão atuar sob supervisão dos(as) Respeitosos(as) Chefes onde serão lotados(as).

## 2. DA INSCRIÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

2.1 As inscrições para o processo seletivo serão realizadas, exclusivamente, pelos links abaixo, no prazo máximo fixado no cronograma anexo.

a) inscrições para modalidade de **graduação**: <https://forms.gle/eCTRhcDYhuzvoSCQ8>.

b) inscrições para modalidade de **pós-graduação**: <https://forms.gle/NuzR7irh4C8TFaW68>.

2.2 É requisito para inscrição que o candidato esteja regularmente matriculado em curso de Graduação ou Pós-Graduação, em instituição de ensino superior reconhecida, correspondente à vaga ou cadastro de reserva pretendido.

2.2.1 O(a) candidato(a) de **Graduação em Direito**, se aprovado no processo seletivo, deverá estar cursando, no mínimo, os 2 (dois) últimos anos do curso superior (bacharelado) no momento da assinatura do termo de compromisso (nomeação e posse).

2.2.2 O(a) candidato dos **Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Artes-Gráficas, Comunicação Social (cursos correlatos as especialidades de artes-gráficas ou audiovisual), Publicidade e Propaganda, Jornalismo**, se aprovado(a) no processo seletivo, deverá estar cursando, no mínimo, o 3º(terceiro) período do curso superior (bacharelado).

2.2.3 O(a) candidato(a) de graduação dos demais cursos, salvo as exceções arguidas neste edital, se aprovado(a) no processo seletivo, deverá estar cursando no mínimo 50% (cinquenta por cento) do curso superior (bacharelado) no momento da assinatura do termo de compromisso (nomeação e posse).

2.2.4 O(a) candidato(a) de graduação dos cursos que comportem a modalidade de tecnólogo deverá estar cursando no mínimo 50% (cinquenta por cento) do curso superior (tecnólogo) no momento da assinatura do termo de compromisso (nomeação e posse).

**2.3 É vedada a participação de candidatos(as) que estejam cursando o último período da graduação no Processo Seletivo, bem como no ato de nomeação e posse.**

2.4 A inscrição e participação no processo seletivo, sem o preenchimento dos requisitos deste Edital, não implicam qualquer preclusão para a Administração Pública. Se constatada irregularidade da inscrição, o(a) candidato(a) será excluído(a) do processo seletivo ou dos quadros desta Defensoria Pública, se nomeado.

2.4.1 A inscrição e os demais atos deste edital é de exclusiva responsabilidade do candidato, cabendo ao mesmo a conferência das informações prestadas e publicadas, bem como a comunicação à Comissão Organizadora, dentro do prazo dos recursos administrativos, sob a pena de preclusão, de qualquer retificação. Não se aplicando a preclusão deste item nos atos de ofício.

2.5 O preenchimento correto do formulário de inscrição é de total responsabilidade do(a)

candidato(a). O não cumprimento dessa exigência pode resultar na exclusão do processo seletivo e no desligamento do estágio.

2.6 Após inscrição, o(a) candidato(a) receberá um e-mail confirmando os dados informados no formulário. **Caso o(a) candidato(a) não receba o referido e-mail ou tenha preenchido o formulário com erro(s), deverá refazer o procedimento de inscrição ou entrar em contato com o Centro de Estudos, através do telefone (69) 99307-4778 (whatsapp) ou do e-mail [processoseletivo@defensoria.ro.def.br](mailto:processoseletivo@defensoria.ro.def.br).**

2.7 Cada candidato(a) poderá concorrer a apenas um dos cursos, seja de graduação ou pós-graduação, e escolher somente uma localidade.

2.8 Havendo erro(s) nas informações da inscrição on-line que não sejam corrigidos durante o período de inscrições, o(a) candidato(a) será excluído(a) do processo seletivo.

2.9 O pedido de inscrição implicará aceitação de todas as normas e condições deste edital.

2.10 A apresentação de documentos será solicitada somente quando o candidato for aprovado e convocado para assinar o Termo de Compromisso e Posse, após o processo seletivo. A lista de documentos necessários está disponível na Portaria nº 329/DRH, acessível no Portal da Transparência da DPE-RO (<https://transparencia.defensoria.ro.def.br/legislacao/detalhes/471>).

2.11 São requisitos para a contratação:

- a) Estar matriculado(a) em instituição de ensino superior regularmente credenciada no Ministério da Educação;
- b) Ser aprovado no processo seletivo de que trata este edital;
- c) A assinatura de Termo de Compromisso de estágio pelo(a) estagiário(a) e pela Instituição de Ensino Superior; e
- d) Comprovar quitação das obrigações eleitorais, bem como as concernentes ao serviço militar, para os candidatos do sexo masculino, e não possuir condenações criminais incompatíveis com o exercício das funções.

2.12 É vedada a contratação de estagiário(a) que possuir vínculo profissional ou de estágio como advogado(a) ou, ainda, figurar como sócio em sociedade de advogados(as).

2.13 Não serão admitidos como estagiários(as):

- a) Policiais civis ou militares;
- b) Titulares de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- c) Servidores(as) ou empregados(as) públicos(as);

2.14 A relação dos(as) candidatos(as) que tiveram a inscrição deferida será divulgada na Internet, no endereço eletrônico <https://www.defensoria.ro.def.br/concursos-e-processos-seletivos/>, nas datas prováveis estabelecidas no cronograma em anexo.

**2.15 Requisitos para o Estágio de Pós-Graduação:**

- a) É requisito específico para concorrer ao estágio de pós-graduação que o(a) candidato(a) seja formado(a) no curso da área da vaga de Pós-graduação selecionada. Além disso, é necessário estar matriculado(a) com frequência efetiva em curso de Pós-Graduação de nível especialização na área pretendida, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas-aula, em instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação;
- b) Ser aprovado(a) no processo seletivo simplificado de que trata este edital;
- c) Providenciar assinatura do Termo de Compromisso de estágio pelo(a) estagiário(a) e pela Instituição de Ensino Superior;

**d)** Comprovar quitação das obrigações eleitorais, bem como as concernentes ao serviço militar, para os candidatos do sexo masculino, e não possuir condenações criminais incompatíveis com o exercício das funções.

### **3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD E NECESSIDADES ESPECIAIS**

3.1 É assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo às Pessoas com Deficiência que pretenderem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da CF e no art. 17, § 5.º, da Lei 11.788/2008, desde que a deficiência seja compatível com as condições de trabalho e atribuições da função.

3.2 O(a) candidato(a) na condição de Pessoas com Deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas deverá declarar, no ato da inscrição, a natureza e o grau de deficiência e, se aprovado e convocado, apresentar o laudo médico por **ocasião da assinatura do Termo de Compromisso e posse**, que mencione a classificação internacional de doença – CID.

3.2.1 A ausência de comprovação da deficiência por meio do laudo médico ou existência de fraude resultará na exclusão do Processo Seletivo ou desligamento, se for o caso.

3.3 Fica assegurado às Pessoas com Deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas.

3.3.1 Quando a aplicação do percentual de reserva as Pessoas com Deficiência - PcD - resultar em fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), arredondar-se-á para o número inteiro superior. Ou, para o número inteiro inferior, quando resultar em fração menor que 0,5 (cinco décimos).

### **4. DAS COTAS ÉTNICO-RACIAIS**

4.1 É assegurado o direito de reserva de vagas aos negros e indígenas no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas.

4.2 A concorrência às vagas reservadas para negros e índios pelo sistema de cotas é facultativa e, sendo essa a opção do(a) candidato(a), deve ser declarada, no momento da inscrição, ficando o(a) candidato(a) submetido(a) às regras gerais estabelecidas neste edital, caso não opte pela reserva de vagas.

4.3 Para fins da reserva de vaga, considera-se negro(a) o(a) candidato(a) preto(a) ou pardo(a) que assim se declare no momento da inscrição para o respectivo Processo Seletivo de Estágio e obtenha decisão favorável de Comissão de heteroidentificação designada para tal fim.

4.4 A publicação do resultado do processo seletivo, inclusive a final, será feita em três listas, contendo, na primeira, a classificação geral dos(as) candidatos(as), incluindo todos(as) os(as) candidatos(as) concorrentes e, na segunda, somente a classificação das pessoas com deficiência e, na terceira, somente a classificação das cotas étnico-raciais.

**4.5 A ordem de nomeação será correspondente à classificação geral, seguida por pessoas com deficiência e, por fim, cotas étnico-raciais**, devendo ser respeitada a proporção das vagas disponíveis no cadastro de reserva, no momento da convocação e, no caso de o(a) convocado(a) da lista específica não tomar posse ou não entrar em exercício, deverá ser nomeado o(a) próximo(a) colocado(a) de sua lista.

**Parágrafo único.** Comprovada a fraude, o(a) candidato(a) será excluído do Processo Seletivo e/ou desligado do estágio, se for o caso, sem prejuízo das sanções penais, nos casos previsto em lei.

## 5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PROVAS

5.1 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação serão avaliados separadamente nos termos especificados neste edital, de caráter classificatório e eliminatório, conforme cronograma em anexo.

5.1.1 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação dos cursos de **Direito, Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Informática especializado em Desenvolvimento, Informática especializado em Redes, Informática especializado em Suporte, Letras/Português e Serviço social** serão avaliados através de prova on-line, elaborada, observando-se o conteúdo programático, anexo, contando com 20 (vinte) questões objetivas, valendo 01 (um) ponto para cada.

5.1.2 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação dos cursos de **Jornalismo e Publicidade e Propaganda** serão avaliados através de prova on-line, elaborada, que contará com 15 (quinze) questões objetivas, valendo 01 (um) ponto cada, e uma questão dissertativa, valendo 05 (cinco) pontos, que avaliará a adequação da resposta à proposta do enunciado, bem como a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa.

5.1.3 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação dos cursos de **Comunicação Social especializado em Audio-visual, Comunicação Social especializado em Artes gráficas, Letras/Libras** serão avaliados conforme itens especificados a seguir:

### 5.2 Dos critérios da avaliação de Comunicação Social especializado em Artes gráficas:

5.2.1 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação de **Comunicação Social especializado em Artes gráficas**, serão avaliados em duas etapas que perfazem a realização de trabalhos práticos, de caráter classificatório e eliminatório, na qual será analisada a utilização dos Sistema Adobe Illustrator e Adobe Photoshop, concomitantemente. Nesta fase será requisitada a reprodução de uma arte pronta, na qual será avaliada: a semelhança com a arte original (nota variando até 50 pontos). Na sequência, será requerida a criação de uma nova arte, conforme tema apresentado ao(à) candidato(a), sendo julgado: a criatividade; o conhecimento das ferramentas gráficas; o uso adequado das cores; a agilidade; e, a ortografia (nota variando até 10 pontos por item avaliado, com somatório máximo de 50 pontos), obedecendo o conteúdo de programático e cronograma em anexo (**o tempo de duração da avaliação será correspondente ao número de candidatos que se apresentarem, conforme agendamento, sendo igual para todos, respeitando as condições especiais previstas em lei**).

### 5.3 Dos critérios da avaliação de Comunicação Social especializado em Audio-visual:

5.3.1 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação de **Comunicação Social especializado em Audio-visual**, serão avaliados em uma única etapa, consistente em prova prática de produção de vídeo seguindo roteiro e utilizando materiais disponíveis no momento do teste (valendo 100 pontos), obedecendo o conteúdo de programático e cronograma em anexo (**o tempo de duração da avaliação será correspondente ao número de candidatos que se apresentarem, conforme agendamento, sendo igual para todos, respeitando as condições especiais previstas em lei**).

### 5.4 Dos critérios da avaliação de Letras/Libras:

5.4.1 Os(as) candidatos(as) de Graduação e de Pós-Graduação de **Letras/Libras**, serão avaliados em duas etapas, consistente em prova prática de tradução de vídeo em Língua Portuguesa, na modalidade oral, para LIBRAS (valendo no máximo 50 pontos), bem como tradução de vídeo em LIBRAS para a língua portuguesa escrita, levando-se em conta a equivalência discursiva entre a Língua Portuguesa e a LIBRAS, além da adequação de conteúdo, de vocabulário e da gramática (valendo no máximo 50 pontos), obedecendo o conteúdo de programático e cronograma em anexo **(o tempo de duração da avaliação será correspondente ao número de candidatos que se apresentarem, conforme agendamento, sendo igual para todos, respeitando as condições especiais previstas em lei).**

5.5 Para os demais, conforme previsão no item 5.1.1 e 5.1.2, o link de acesso à prova on-line será enviado ao candidato, até 1(um) dia antes da data da prova, através do e-mail cadastrado no momento da inscrição, devendo o candidato verificar na caixa de spam e desbloquear, se for o caso, o e-mail [processoseletivo@defensoria.ro.def.br](mailto:processoseletivo@defensoria.ro.def.br).

5.6 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a conferência quanto ao recebimento do link de prova. O(a) candidato(a) que não receber o link, terá até 01 (uma) hora antes da prova para requerer o envio/reenvio. Não sendo permitido o envio do link de prova durante o seu horário de realização.

5.7 Os(as) candidatos(as) terão 01 (uma) hora para **realizar e enviar a prova on line**, com o acréscimo de 30 (trinta) min, para verificar no email pessoal se foi enviada corretamente e comunicar a comissão organizadora qualquer falha, sob pena de preclusão. A prova online será aplicada através do sistema Google Forms, no formato de formulário, sendo considerada como resposta apenas o primeiro formulário enviado durante o tempo de realização da prova (registrado eletronicamente o horário e a data do envio do formulário).

**5.8 Uma cópia da prova será recebida no e-mail do candidato. Contudo, durante a realização da avaliação, o candidato deverá imprimir em .pdf as respostas na integralidade, como forma de comprovação.**

5.8.1 É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) efetuar o envio do formulário dentro do horário previsto para realização e envio da prova. O(a) candidato(a) que enviar a prova fora do horário estará automaticamente desclassificado(a).

5.8.2 Na ocorrência de falha no envio pelo sistema Google Forms, de forma excepcional, os(as) candidatos(as) deverão entrar em contato com a equipe organizadora correspondente à sua localidade, por telefone ou grupo de reunião, disponível no link do XIII PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS(AS) DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, que enviará o arquivo da prova para o(a) candidato(a) preencher digitalmente e enviar durante o tempo destinado à realização da prova, convertido no formato PDF para o e-mail [processoseletivo@defensoria.ro.def.br](mailto:processoseletivo@defensoria.ro.def.br), devendo justificar a excepcionalidade.

5.9 Durante a realização da prova, serão disponibilizados, no endereço <https://www.defensoria.ro.def.br/concursos-e-processos-seletivos/>, grupos de reuniões, através do Google Meet, para sanar dúvidas e fornecer orientações gerais.

5.10 Não serão aplicadas provas em data ou horário diversos dos predeterminados neste Edital.

5.11 Ao iniciar a prova, deverá o(a) candidato(a) preencher corretamente os campos adequados para sua identificação: e-mail (IMPORTANTE INFORMAR O EMAIL CORRETO PARA O ENVIO DA PROVA), nome completo e CPF, sem erro.

5.12 Será eliminado(a) da seleção o(a) candidato(a) que utilizar meios fraudulentos durante a realização da prova.

5.13 Os gabaritos serão divulgados segundo cronograma, em anexo, no endereço <https://www.defensoria.ro.def.br/concursos-e-processos-seletivos/>.

5.14 Será eliminado o(a) candidato(a) que obtiver pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima da prova, sendo conferidas a todos os(as) candidatos(as) as questões anuladas.

5.15 Os resultados serão divulgados segundo cronograma, em anexo, no endereço <https://www.defensoria.ro.def.br/concursos-e-processos-seletivos/>.

5.16 Os meios tecnológicos de acesso ao site da Defensoria Pública, conteúdo do edital, prova e entrevista são de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).

## **6. DAS DATAS E HORÁRIO DAS PROVAS**

6.1 As provas serão disponibilizadas e realizadas na data e horário estabelecidos no cronograma, em anexo, sendo as provas on-lines enviadas através de link próprio, ENVIADO AO E-MAIL CADASTRADO PELO(A) CANDIDATO(A) NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.

## **7. DOS RECURSOS**

7.1 Os recursos contra questões do gabarito preliminar poderão ser interpostos, no prazo de 01 (um) dia útil, após a sua divulgação, através do endereço de e-mail [processoseletivo@defensoria.ro.def.br](mailto:processoseletivo@defensoria.ro.def.br), observado o modelo constante nos anexos, sob pena de indeferimento preliminar.

7.2 O recurso do(a) candidato(a) deverá ser claro, consistente e objetivo, informando a questão impugnada, a alternativa que entende ser correta e a devida justificativa. O recurso sem esses elementos, intempestivo ou com teor desrespeitoso será preliminarmente indeferido. Em nenhuma hipótese, serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos contra o gabarito definitivo ou resultados definitivos.

7.3 Os recursos contra os procedimentos administrativos (indeferimento de inscrição, omissões, erros materiais e procedimentos em geral) deverão ser direcionados à Comissão Organizadora, observado o modelo constante nos anexos e enviados ao e-mail [processoseletivo@defensoria.ro.def.br](mailto:processoseletivo@defensoria.ro.def.br), no prazo de 01 (um) dia útil, após a divulgação do respectivo documento, no endereço eletrônico <https://www.defensoria.ro.def.br/concursos-e-processos-seletivos/>, segundo as datas previstas no cronograma em anexo.

7.4 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento dos editais, prazos, inclusive quanto a interposição dos recursos.

## **8. DO RESULTADO FINAL**

8.1 Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão ordenados(as) em ordem decrescente da nota final de sua prova on-line. Para efeito de desempate, será considerada a idade mais avançada do(a) candidato(a).

8.2 Caberá ao Defensor Público-Geral a homologação do resultado do Processo Seletivo.

8.3 O resultado final do certame será divulgado, conforme cronograma anexo, no endereço eletrônico <https://www.defensoria.ro.def.br/concursos-e-processos-seletivos/>.

## 9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O prazo de validade do processo seletivo será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período de tempo, a critério do Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia.

## 11. DA CONVOCAÇÃO

11.1 Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão convocados(as) segundo ordem de classificação em cada localização. Considera-se desistente o(a) candidato(a) que, convocado(a), deixar de comparecer e assinar Termo de Compromisso de Estágio, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação da convocação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

11.2 O(a) candidato(a) habilitado(a) que não puder assinar Termo de Compromisso de Estágio dentro do prazo estabelecido no item anterior, por motivo justificável, mas que manifestar, por escrito, o interesse em participar do Programa de Estágio da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, será reposicionado(a) no final da lista de classificação.

## 12. DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

12.1 A duração do estágio será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

12.2 O estágio de graduação terá carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuídas em 5 (cinco) horas diárias, em horário de funcionamento do órgão, sem prejuízo das atividades discentes, em conformidade com o art. 10 da Lei n.º 11.788/2008.

12.3 O estágio de pós-graduação terá carga horária de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em 06 (seis) horas diárias, no horário de funcionamento do órgão, fixado de acordo com a conveniência da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, nos turnos matutino ou vespertino, sem prejuízo das atividades discentes, em conformidade com o art. 10 da Lei n.º 11.788/2008.

## 13. DO PAGAMENTO DA BOLSA-AUXÍLIO

13.1 O estudante que ingressar no Programa de **Estágio de Graduação** da Defensoria Pública do Estado de Rondônia perceberá uma bolsa-auxílio de estágio, no valor de R\$ 1.500,00 (mil reais e quinhentos), além de auxílio-transporte na forma do artigo 12 da Lei n.º 11.788/2008.

13.2 O estudante que ingressar no Programa de **Estágio de Pós-graduação** da Defensoria Pública do Estado de Rondônia perceberá uma bolsa-auxílio de estágio, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), além de auxílio-transporte na forma do artigo 12 da Lei n.º 11.788/2008.

13.3 O estagiário deverá, para fins de recebimento da bolsa de estágio, abrir conta corrente no Banco do Brasil.

13.4 Deverá ser informado à Diretoria de Recursos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Rondônia o respectivo número da agência e da conta bancária, bem como qualquer outra inclusão ou alteração de dados cadastrais, a fim de que se proceda à atualização.

13.5 Será considerada, para efeito de cálculo da remuneração, a frequência mensal do estágio,

deduzindo-se do montante da bolsa os dias de faltas não justificadas.

## **14. DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO**

14.1 Ao final do estágio, será conferido certificado de estágio, com menção do período estagiado e a carga horária cumprida.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 A inscrição implica na aceitação por parte do(a) candidato(a) de todos os princípios, normas e condições do processo seletivo, estabelecidos no presente Edital e na legislação pertinente, em especial na Resolução nº 83, de 14 de Junho de 2019, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

15.2 O(a) candidato(a) obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço de e-mail para contato, junto a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, após o resultado final.

15.3 Os casos omissos, a respeito do estágio, serão solucionados pelo Defensor Público-Geral do Estado de Rondônia.

Porto Velho, 05 de outubro de 2023.

**VICTOR HUGO DE SOUZA LIMA**

Defensor Público-Geral do Estado

Defensoria Pública do Estado de Rondônia

## **ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

### **DIREITO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** Teoria da Constituição: conceito, objeto, elementos e classificação de Constituição. Constitucionalismo. Pós-Positivismo e Neoconstitucionalismo. Estado Democrático de Direito. Poderes Constituintes. Existência, Validade, vigência, Eficácia e aplicabilidade das Normas Constitucionais. Hermenêutica constitucional e Princípios da interpretação constitucional. Mutação x Reforma. Regras x Princípios. Dos Princípios e Direitos fundamentais. Teoria dos Direitos Fundamentais: conceito, fundamentos, características e dimensões. Dos direitos e das garantias fundamentais em espécie (civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, coletividades). Das ações e remédios constitucionais. Da Organização do Estado. Da organização dos poderes. Da Separação dos Poderes. Das funções essenciais à justiça. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. A Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988. Controle de constitucionalidade. Controle difuso e concentrado.

**DIREITOS HUMANOS:** Teoria geral dos Direitos Humanos: conceitos, características, princípios, dimensões, classificação, eficácia e interpretação. Fundamentos históricos e filosóficos dos Direitos Humanos. Universalismo, relativismo e multiculturalismo. Declaração universal dos

direitos humanos. Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos. Protocolo de San Salvador. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Representação no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Regulamento Unificado para atuação da Associação Interamericana de Defensorias Públicas perante a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Papel das Defensor(a) Público(a) na Corte Interamericano(a) e a Jurisprudência de Direito Humanos. Incorporação e status dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos no Brasil. Sistema ONU de proteção aos Direitos Humanos.

**DIREITO CIVIL:** Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoa Natural. Aquisição e extinção da personalidade. Nascituro. Embrião excedentário. Nome. Nome social. Transexualidade. Capacidade e emancipação. Incapacidade. Suprimento da incapacidade. Internação psiquiátrica involuntária. Ausência. Administração dos bens e direitos dos incapazes. Direitos da Personalidade. Domicílio da pessoa natural. Pessoas jurídicas. Definição e natureza. Classificações. Registro. Nome. Domicílio. Prova. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Bens. Bem móveis e bens imóveis. Bem de Família e sua proteção jurídica (Lei nº 8.009/90). Fatos, atos e negócios jurídicos. Autonomia privada. Conceito, elementos e modalidades. Negócio jurídico. Conceito e classificação. Vontade e autonomia privada. Existência, validade e eficácia. Defeitos dos negócios jurídicos. Modificação, conservação e extinção dos negócios jurídicos. Prescrição e decadência. Direito das Obrigações: conceito de obrigação; modalidades das obrigações; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; do inadimplemento das obrigações. Contratos em geral. Classificação dos contratos. Princípios fundamentais dos contratos: autonomia privada, força obrigatória, relatividade dos efeitos dos contratos, função social e boa-fé objetiva. Contratos de adesão na relação cível. Cláusulas abusivas no contrato de adesão. Cláusulas gerais. Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002 e cláusulas especiais. Responsabilidade civil. Funções da responsabilidade civil contemporânea. Responsabilidade civil extracontratual, pré-contratual e contratual. Teorias da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade civil. Ato ilícito extracontratual. Causas excludentes de ilicitude. Abuso do direito. Securitização. DPVAT. Direito das Coisas. Posse e Propriedade. Modalidades de usucapião. Parcelamento do solo urbano. Regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Direitos de vizinhança. Condomínio geral. Condomínio edilício. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Direito real à aquisição. Direito do promitente comprador. Compromisso de venda e compra. Adjudicação compulsória. Direitos reais em garantia. Penhor. Hipoteca. Direito de Família: família e novas modalidades de família. União homoafetiva. Casamento e dissolução do vínculo conjugal. União estável e concubinato. Disposições constitucionais e infraconstitucionais. Proteção da pessoa dos filhos. Poder familiar. Alienação parental - Lei nº 1.238/10. Paternidade e filiação. Reconhecimento de paternidade e reconhecimento de paternidade post mortem. Relações de parentesco. Regime de bens. Pacto antenupcial. Alimentos. Alimentos gravídicos - Disposições da Lei 5478/68 e da Lei 11.804/2008. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Direito das Sucessões. Sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária. Do inventário e da partilha. Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078/90. Dos direitos do consumidor. Disposições da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Estatuto da pessoa com Deficiência (Lei 13.146 /2015). Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). Planos e seguros privados de assistência à saúde. Registros Públicos (Lei 6.015/1973).

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Normas fundamentais do processo civil. Jurisdição: conceito; modalidades; poderes; princípios e órgãos. Competência: conceito; espécies; critérios de determinação e modificação; conexão e continência. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Defensoria Pública. Assistência judiciária. A ação: conceito e

natureza. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação da ação. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Regime de invalidades processuais. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. Petição inicial. Requisitos. Juízo de Admissibilidade. Improcedência liminar do pedido. Defesa do réu. Contestação, reconvenção, impugnação ao valor da causa. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de mediação e conciliação. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Julgamento liminar de improcedência. Liquidação de Sentença. Espécies. Procedimento. Cumprimento da sentença. Modalidades. Procedimentos. Impugnação. Recursos. Requisitos de Admissibilidade. Efeitos. Espécies. Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies. Execuções especiais. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de obrigação de fazer e de não-fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Embargos do Devedor. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Ação rescisória e sucedâneos recursais. Procedimentos especiais no CPC: teoria geral; ações possessórias; inventário e partilha; embargos de terceiro; ações de família; ação monitória. Ação de alimentos. Tutelas provisórias: tutelas de urgência - antecipada e cautelar; tutela da evidência. Procedimento sumário aplicado ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária regulados no CPC. Ações de Direito de Família no CPC e leis especiais. Ação civil pública (Lei 7.343/85). Mandado de Segurança (Lei 12.016/09). Meios Consensuais de Solução de Conflitos: espécies, conceitos e características.

**DIREITO PENAL:** Garantias penais fundamentais da Constituição. Da aplicação da lei penal. Do crime (teoria geral). Do Iter Criminis. Do concurso de pessoas. Das penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Da aplicação da pena; Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154). Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183). Crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234). Crimes contra a família (arts. 235 a 249). Crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311). Crimes contra a Administração Pública (art. 312 a 359). Aspectos penais das seguintes leis especiais: Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Crimes de abuso de autoridade), Crimes de drogas previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações, Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos) e Crimes contra crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/1990 e suas alterações), Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações (Contravenções penais), Lei nº 8.137/1990 e suas alterações e Lei nº 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo), Crimes falimentares (Lei nº 11.101/2005), Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), Leis dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001), Crimes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997 e suas alterações), Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações), Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Lei do Porte de Arma), Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Lei dos Crimes de Tortura), Lei nº 9.807/1999 (Proteção à vítima e a testemunha do crime), Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso), Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Lei de Combate às Organizações Criminosas), Lei 13.964/2019, Lei 11.340/2006.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL:** Princípios do processo penal. A lei processual no tempo e no espaço. Persecução criminal extrajudicial. O inquérito policial, o ministério público e a polícia judiciária. Prisão e liberdade provisória. Ação penal: Classificação; Princípios; Condições; A justa causa; Denúncia; Queixa; Aditamento. Justiça Penal Negociada. Jurisdição e competência.

Sujeitos processuais. Citações e intimações. Procedimentos da ação penal condenatória: Comuns e especiais; Procedimento do júri, Classificação, Ritos, Prazos e peculiaridades. Questões e processos incidentes; Exceções; Da prova em geral e em espécie. Sentença. Nulidades. Recursos em geral. Pressupostos recursais; Recursos em espécie; Recursos extraordinário e especial. Habeas corpus; Revisão criminal; Mandado de segurança; Correição parcial. Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados especiais criminais). Habeas corpus; Revisão criminal; Mandado de segurança; Correição parcial; Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados especiais criminais); Aspectos processuais das seguintes leis especiais: Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de execução penal), Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), Lei nº 10.259/2001 e suas alterações, Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas), Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos) e Lei nº 8.930/1994, Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura), Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (Prisão temporária), Lei nº 9.807/1999 (Proteção à vítima e a testemunha do crime), Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de valores), Lei nº 9.605/1998 e suas alterações, Lei nº 9.296/1996, Lei nº 8.038/1990, Decreto-Lei nº 1.002/1964, Lei nº 12.037/2009, Lei nº 12.850/2013 e suas alterações; Mandado de segurança em matéria penal; Cooperação Jurídica Internacional no Processo Penal; Lei 13.964/2019; Lei nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha), Lei 13.964/2019, Lei 11.340/2006.

**DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS:** Tutela difusa e coletiva: noções gerais. Lei da ação civil pública. Lei da ação popular. Noções de direito do consumidor (Títulos I e III do CDC). Noções do Estatuto do Idoso. Noções do Estatuto da Igualdade Racial. Noções do Estatuto do Índio. Noções do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Microsistema de direito coletivo. Lei Complementar Federal 80/1994. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

**PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA:** A Defensoria Pública na Constituição Federal. O direito do Acesso à Justiça como direito fundamental. Das Funções Essenciais à Justiça na Constituição Federal. A Emenda Constitucional 80/2014. A Defensoria Pública na Constituição do Estado de Rondônia. Lei Complementar Federal 80/1994. Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual 117/1994). Lei Federal nº 1.060/50. Jurisprudência dos Tribunais Superiores. A Teoria do Custos Vulnerabilis.

## **JORNALISMO**

Língua Portuguesa: Acentuação; Sinais de Pontuação; Uso da vírgula. Emprego da crase; Sintaxe de colocação (pronominal); Sintaxe de Regência; Variação Linguística; Significação das palavras. Compreensão e interpretação de textos: Coesão e coerência textual; Semântica do texto. Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Defensoria Pública do Estado de Rondônia: Organização e funcionamento; Locais e horários de atendimento; Critério de atendimento dos assistidos; áreas de atuação. Jornalismo: Atualidades; Redes Sociais: Utilização, monitoramento e métricas; A problemática da Lei de Imprensa de 1967: revogação e consequências (direito de resposta e diploma); Código de Ética do Jornalista Brasileiro; Assessoria de imprensa: conceitos, planejamento, release, clipping, relacionamento com a fonte e com a imprensa; Técnicas de redação e entrevista jornalística; Critérios de seleção, redação e edição; Técnicas de fotografia.

## **PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Língua Portuguesa: Acentuação; Sinais de Pontuação; Uso da vírgula. Emprego da crase;

Sintaxe de colocação (pronominal); Sintaxe de Regência; Variação Linguística; Significação das palavras. Compreensão e interpretação de textos: Coesão e coerência textual; semântica do texto. Publicidade e Propaganda: Teoria da Comunicação. Identidade e imagem corporativas; comunicação integrada; gestão de marcas; comunicação organizacional; responsabilidade social corporativa. Planejamento de comunicação; criação e direção de arte; design; atendimento; mídia; redação publicitária; produção gráfica; produção de rádio, TV e Cinema; cibercultura e produção digital; pesquisa de opinião e mercado; pesquisa de mídia; ética e legislação publicitária; marketing cultural e esportivo. Novas tecnologias de Comunicação; mídias Web e digitais; social media; comunicação online; reputação corporativa, comunicação de crise. Direitos Humanos: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Defensoria Pública do Estado de Rondônia: Locais e horários de atendimento; Critério de atendimento dos assistidos; áreas de atuação; LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL – Constituição do Estado de Rondônia: da Defensoria Pública; Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994: disposições gerais (Arts. 1º a 4º-A), normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados (Arts. 97 a 135); Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117, de 04 de novembro de 1994); Lei Ordinária Federal nº 1060, de 5 de fevereiro de 1950.

## **COMUNICAÇÃO SOCIAL ESPECIALIDADE DE ARTES-GRÁFICAS**

Utilização dos Sistema Adobe Illustrator e Adobe Photoshop, concomitantemente.

## **COMUNICAÇÃO SOCIAL ESPECIALIDADE DE AUDIOVISUAL**

Utilização do Adobe Premiere, Adobe After Effects, OBS studio, Camera e equipamentos de auditório, Câmera Canon t6i, Mesa de Som Novik NVK-1202FX, Microfone Shure.

## **ADMINISTRAÇÃO**

Administração Geral: 1. Evolução da administração. 1.1 Principais abordagens da administração. 2. Processo administrativo. 2.1 Funções de administração. 2.1.1 Planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. 2.2.1 Planejamento estratégico. 2.2.1.1 Visão, missão, análise SWOT e matriz GUT. 2.2.2 Planejamento tático. 2.2.3 Planejamento operacional. 2.2.4 Administração por objetivos. 2.2.5 Balanced scorecard. 2.3 Organização. 2.3.1 Estrutura organizacional. 2.3.2 Tipos de departamentalização. 2.3.3 Cultura organizacional. 2.4 Direção. 2.4.1 Motivação e liderança. 2.4.2 Comunicação. 2.5 Controle. 2.5.1 Características. 2.5.2 Sistema de medição de desempenho organizacional. 3. Gestão de pessoas. 3.1 Recrutamento e seleção de pessoas. 4. Gestão da qualidade. 5. Gestão de projetos. 6. Gestão de processos. 7. Liderança. 7.1 Estilos de Liderança. 8. Conceitos de Eficiência, Eficácia e Efetividade. Administração Pública: 1. Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Reformas, Histórico e Evolução Administrativa. 1.2 Princípios aplicáveis à Administração Pública. 1.3 Características da Administração Pública 2. Evolução da Administração Pública no Brasil (Patrimonialista, Burocrática e Gerencial). 3. Ética no Setor Público.

## **INFORMÁTICA (REDES)**

Gerenciamento de usuários e permissões; Noções de servidores (DHCP, WINS, FTP, DNS, NNTP, autenticação, arquivos, web, proxy, firewall); Ferramentas de suporte remoto; Segurança básica de TI (antivírus, backups, atualizações de segurança); Fundamentos de redes de computadores: Modelos de referência OSI e TCP/IP; Tipos de redes (LAN, WAN, MAN, PAN, etc.); e Topologias de rede (estrela, anel, malha, etc.); Dispositivos de redes e suas funções (roteadores, switches, firewalls, etc.); Protocolos de rede (HTTP, HTTPS, FTP, SMTP, IMAP, POP3, etc.); Conceitos de IP (IPv4, IPv6, endereçamento, sub-rede, etc.); Segurança de rede

(firewalls, IDS/IPS, VPNs, Criptografia, etc.); Tipos de ataques cibernéticos; Configuração e administração de servidores e redes; Conceitos de virtualização; Conceitos de redes sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, etc.); Noções básicas de nuvem (IaaS, PaaS, SaaS); Noções de cabeamento de redes: Conhecimentos sobre tipos de cabos (Coaxial, UTP, STP, Fibra ótica); conhecimento sobre padrões de cabeamento (TIA/EIA 568A e 568B); Conhecimento sobre os componentes (conectores, patch panel, racks).

## **INFORMÁTICA (SUPORTE)**

**FUNDAMENTOS BÁSICOS**

1. Fundamentos dos Computadores, Organização e arquitetura, Componentes principais, Hardware e software, Representação de dados e sistemas de numeração, Aritmética computacional.
2. Sistemas Operacionais, Conceitos básicos, Gerenciamento de processador, memória e entrada/saída, Dispositivos, impressoras e sistemas de arquivos, Componentes e funções, Windows 10: diferentes versões, Ambientes Linux e Windows.
3. Sistemas Operacionais de Rede, Configuração, serviços e infraestrutura, Administração de Serviços, Microsoft Active Directory, LDAP.
5. Arquitetura e Conectividade, Arquitetura cliente-servidor, Internet e Intranet.
6. Ferramentas e Aplicações em Informática, Navegadores de internet, Principais aplicativos utilizados para gerenciamento de arquivos, Aplicativos utilizados para reunião instantânea, Principais leitores de arquivos PDF e suas particularidades, Conceitos de áudio e vídeo em sistemas Windows e Linux, Acesso remoto: software nativos e open source.
7. Dispositivos Móveis, Configuração e instalação em iOS e Android,
8. Drivers em Sistemas Operacionais de Servidores, Windows Server (2012 e 2016), GNU/Linux.
9. Manutenção de Equipamentos, Computadores, Monitores, Impressoras.
10. Aplicativos Microsoft Office, Word, Excel, PowerPoint e Outlook, MS Teams e Google Meet.

**REDES DE COMPUTADORES**

1. Introdução às Redes de Computadores, Conceitos básicos: meios de transmissão, classificação e topologias, Tipos de redes: locais, de longa distância e sem fio,
2. Elementos de Interconexão, Hubs, repetidores, switches e roteadores, VLANs e cabeamento estruturado,
3. Padrões IEEE, IEEE 802.1, IEEE 802.3, IEEE 802.11 a/b/g/n/ac.
4. Arquitetura TCP/IP, Camada de rede: IPv4, IPv6, IPsec, endereçamento e roteamento, Camada de transporte: TCP e UDP, Camada de aplicação: FTP, SSH, DNS, SMTP, POP, IMAP, HTTP, HTTPS, SSL, RDP, DHCP.
5. Cloud computing, Tipos de serviços; Arquiteturas básicas; Aplicativos mais utilizados e plataformas (Microsoft, Google, etc).

**ADMINISTRAÇÃO DE REDES**

1. Segurança da Informação, Definição, implantação e gestão de políticas, Auditoria e normas de segurança.
2. Criptografia, Protocolos e algoritmos criptográficos, Criptografia simétrica e assimétrica, Função hash e assinatura digital, Infraestrutura de chaves públicas (ICPBrasil).
3. Administração de Servidores, Configuração e gerenciamento de DNS, DHCP, WINS, entre outros, Protocolos de correio eletrônico: IMAP e POP.
4. Disponibilidade, Balanceamento de carga e alta disponibilidade,
5. Conceitos de Redes, Topologias, arquiteturas e tecnologias, Protocolos TCP/IP e noções de IPv6, Conceitos de storage (NAS e SAN).
6. Sistemas Operacionais, Funções e sistemas de arquivos.
7. Cabeamento Estruturado, Normas, técnicas e gerenciamento.
8. Containers e Virtualização, Orquestração com Docker e Docker Swarm, Conceitos de virtualização.

**BANCOS DE DADOS**

1. Fundamentos, Conceitos e arquitetura, Estrutura e modelagem de dados,
2. Administração, Noções de gerenciamento de dados, Linguagem SQL (ANSI).

**SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

1. Fundamentos da Segurança da Informação, Políticas e procedimentos de segurança, Conceitos de gerenciamento,
2. Normas de Segurança, ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013,
3. Segurança em Redes, Redes convencionais e sem fio, Vulnerabilidades e tipos de ataques.
4. Prevenção e Resposta, Tratamento de incidentes e estratégias de prevenção.
5. Aspectos da Proteção em TI, Segurança relacionada a hardware, software, sistemas operacionais e bancos de dados. Firewalls, proxies, VPNs (IPSEC e SSL) e computação em nuvem.
6. Segurança de Ativos, Proteção física e lógica dos recursos de TI.
7. Criptografia e Proteção de Dados, Métodos de criptografia, Defesa contra softwares maliciosos.
8. Sistemas de Detecção, Mecanismos para identificar intrusões.
9. Segurança em Servidores, Proteção de servidores e sistemas operacionais.
10. Certificação Digital, Conceitos e práticas, Tokens e validações de certificados,

## **INFORMÁTICA (DESENVOLVIMENTO)**

1. LÓGICA E PROGRAMAÇÃO DE ALGORITMOS: Entendimento básico de algoritmos; Estruturas de controle de fluxo (condicionais, loops); Estruturas de dados básicas (listas, conjuntos, dicionários, tuplas). 2 LINGUAGEM PYTHON 3.9: Sintaxe básica do Python (tipos de dados, operadores, loops, funções); Programação orientada a objetos em Python; Manipulação de arquivos; Módulos e pacotes; Tratamento de exceções. 3 JAVASCRIPT: Sintaxe básica do JavaScript (tipos de dados, operadores, loops, funções); Conceitos de programação assíncrona (promises, async/await); Manipulação do DOM e eventos; Programação orientada a objetos em JavaScript. 4 LINGUAGEM SQL: Entendimento de bancos de dados relacionais; Criação de tabelas e manipulação de dados (INSERT, UPDATE, DELETE); Consultas utilizando SELECT, WHERE, JOIN, GROUP BY, etc.; Noções básicas de normalização de dados e modelagem de banco de dados

## **PSICOLOGIA**

1. Diagnóstico, avaliação e entrevista psicológica; 2. Elaboração de documentos decorrentes de avaliações psicológicas: laudos, relatórios e outros documentos escritos, de acordo com Resoluções do CFP; 3. Transtornos de humor, transtornos de personalidade, transtornos depressivos e transtorno do estresse pós-traumático; 4. Mecanismos de defesa; 5. Estágios do desenvolvimento infantil; 6. O psicólogo e a equipe multidisciplinar; 7. Justiça Restaurativa; 8. Código de Ética Profissional do Psicólogo; 9. Mediação e conciliação de conflitos; 10. Psicologia Jurídica: abuso sexual e suas interfaces; infância e juventude: 10.1 Direitos fundamentais da criança e do adolescente – art. 7 ao 69 e 106 ao 109 do ECA; 10.2 Medidas específicas de proteção a criança e ao adolescente – art. 101 do ECA; 10.3 Colocação em família substituta, guarda, tutela e adoção – art. 28 ao 32 do ECA.; 11. Lei Maria da Penha; 12. Lei da guarda compartilhada; 13. Lei da alienação parental.

## **SERVIÇO SOCIAL**

1. Instrumentos e técnicas: Observação, Entrevista, Encaminhamento, Visita Domiciliar e Institucional; Estudo Social; Estudo Socioeconômico; Relatório, Laudo e Parecer. 2. Articulação com a rede de serviços; 3. Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social; 4. Atuação do Serviço Social no judiciário; 5. Serviço Social e Saúde Mental; 6. Serviço Social e Curatela; 7. O(a) assistente social e o atendimento à mulher em situação de violência doméstica: Violência doméstica e o ciclo da violência doméstica. 8. Questão social e suas manifestações na contemporaneidade; 9. Pobreza, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade social e indicadores sociais; 10. Política Social e Serviço Social; 11. Serviço Social e o trabalho com famílias: Diversidade e multiplicidade dos arranjos familiares e direitos geracionais. 12. O trabalho do Serviço Social e as demandas do sistema penitenciário. 13. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. 14. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social; 15. Serviço Social no processo de reprodução de relações sociais; 16. Instrumentalidade do Serviço Social; 17. O projeto ético-político do Serviço Social; 18. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. 19. Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social; 20. Lei de Regulamentação da Profissão - Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 e alterações posteriores; 21. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006); 22. Lei de Alienação Parental (Lei 12.318/2010); 23. Guarda compartilhada (Lei 13.058 de 2014); 24. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 25. Estatuto

do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 26. Estatuto da pessoa com deficiência; 27. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984); 28. A Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social; Lei Orgânica de Assistência Social – Loas (Lei nº 8.742/1993); Sistema Único de Assistência Social, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família; Benefícios previdenciários e benefícios assistenciais; Lei Orgânica da Saúde; Sistema Único de Saúde;

## **LETRAS/PORTUGUÊS**

Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; concordância nominal e verbal; transitividade e regência de nomes e verbos; colocação pronominal. Sinal indicativo de crase. Ortografia. Regras da acentuação gráfica. Semântica: sentido e emprego de vocábulos. Mecanismos de coesão textual. Língua falada e língua escrita. A utilização da norma culta da composição textual. Interpretação de texto. Aspectos gerais da redação oficial e padrão ofício ("Manual de Redação da Presidência da República", 3. ed., 2018).

## **LETRAS/LIBRAS**

História e cultura: A trajetória do intérprete e sua atuação. Teorias da Interpretação. Mitos e verdades da tradução. Código de ética do tradutor intérprete de Língua de sinais. Técnicas de tradução e interpretação. Sistema de notação das línguas de sinais. Vocabulário em Libras. Classificadores. Uso do tempo e do espaço. Expressão facial e corporal. Linguística da Libras: Fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Parâmetros da Libras. Iconicidade e arbitrariedade. Sinais manuais e não manuais. Soletração manual ou datilologia. Legislação: Lei Federal nº 10.436/2002. Decreto Federal nº 5.262/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002.

## **ENGENHARIA CIVIL**

1. Topografia: dados técnicos para o projeto (levantamento planialtimétrico, poligonais); levantamento altimétrico (perfis, curvas de nível). 2. Execução de projetos arquitetônicos e elaboração de especificações técnicas para a execução de obras e serviços de Engenharia em edifícios, em consonância plena com NR's pertinentes ao assunto. 3. Projetos: estrutural; instalações elétricas (baixa tensão); instalações hidráulicas (água fria, água quente, sistemas de combate a incêndio, instalações de esgoto e instalações de águas pluviais); saneamento básico – tratamento de água de esgoto, aproveitamento de água da chuva e sustentabilidade de edificações e outros projetos complementares. 4. Fundações de edifícios: sondagens de reconhecimento do subsolo; tipos de fundações; muros de arrimos: tipos e cálculo. 5. Mecânica dos solos: origem, formação e propriedades dos solos; índices físicos; pressões nos solos; prospecção geotécnica; permeabilidade; percolação; compactação; compressibilidade; adensamento; resistência ao cisalhamento; empuxos de terra; estruturas de arrimo; estabilidade de taludes; 6. Resistência dos materiais: deformações; teoria da elasticidade; análise de tensões; flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem. 7. Análise estrutural: esforço normal; esforço cortante; torção e momento fletor. 8. Dimensionamento do concreto armado: estados limites; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação. 9. Dimensionamento de vigas retangulares sob flexão. 10. Dimensionamento de pilares. 11. Dimensionamento de lajes. Detalhamento de armação em concreto armado. Norma NBR 6118 (2023) – Projeto de estruturas de concreto – procedimentos. 12. Estruturas metálicas e de madeira. 13. Ação dos ventos nas estruturas. 14. Uso e ocupação do solo: conhecimento e conceituação da terminologia empregada em legislação urbanística; parcelamento do solo: desmembramento e desdobro; índices: taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento. Conforto ambiental (climatização). 15. Especificações técnicas para os projetos: metodologia dos materiais e dos serviços; critérios para comparação de preço; critérios e medição de obras para obras em geral; cronograma físico- financeiro dos

projetos e da obra. 16. Legislação complementar: Licitações e contratos relativos às obras e serviços de engenharia: Lei nº 14.133/21. 17. Gerenciamento de obras: Metodologia e procedimentos. 18. Computação gráfica aplicada à Engenharia AUTOCAD. 19. Informática e programas Computacionais de Engenharia: CAD, noções básicas de EXCEL e programas computacionais usuais para projetos de engenharia. 20. Engenharia de Custos: estimativa de custos, orçamento preliminar, orçamento sintético, orçamento analítico, curva ABC de insumos e serviços, Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), composição de encargos sociais para horistas e mensalistas, histograma, cronograma físico- financeiro, índices oficiais de reajustamento de contrato de obras e serviços de engenharia, elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União (Decreto nº 7983, de 8 de abril de 2013). 21. Técnicas e Métodos Construtivos de Obras e Serviços de Engenharia. 22. Materiais de Construção Civil. 23. Engenharia e Segurança do Trabalho: normas regulamentadoras de segurança do trabalho. 24. Engenharia de Manutenção. 25. Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050/2015). 26. Patologia das Construções. 27. Orçamento de obras: levantamento de quantidades; composições de custos unitários; sistemas públicos de referência de preços unitários (SINAPI, SICRO 2 e ORSE); custo direto, custo indireto e BDI (Benefícios e Despesas Indiretas); elaboração de planilha orçamentária. 28. Legislação ambiental: Resoluções CONAMA nº 307 e 357 e suas alterações, Lei nº 3686 e suas alterações.

## **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Conceito, objeto, campo de aplicação. Patrimônio e Variações Patrimoniais: Conceituação, ativos, passivos, patrimônio líquido (situação líquida), aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio, representação gráfica do patrimônio, equação básica da contabilidade. Atos e fatos contábeis (permutativos, modificativos e mistos), formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado (receitas e despesas). Plano de contas e procedimentos de escrituração: conceito, classificação (patrimoniais resultado e compensação) e natureza das contas crédito, lançamento (elementos essenciais, fórmulas), balancete de verificação, livros utilizados na escrituração (obrigatoriedade, funções e formas de escrituração). Demonstrações Contábeis: estrutura, conceitos e aplicabilidade de acordo com a Lei n. 11.638/2007. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Conceito; Campo de aplicação; Objeto; Objetivo; Princípios de contabilidade; Regimes Contábeis e Normas Brasileiras de Contabilidades Técnicas do Setor Público. Orçamento Público: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária, Princípios Orçamentários; Ciclo Orçamentário, créditos Adicionais e Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei n.º 4.320/64 e LRF n.º 101/2000. RECEITA PÚBLICA: Conceito; Classificação da Receita Pública; Estágios da Receita Pública. DESPESA PÚBLICA: Despesa; Classificação Econômica; Classificação Funcional-Programática; Classificação Institucional; Estágios de Despesa; Modalidades de Empenho e Lei de Responsabilidade Fiscal. PATRIMÔNIO PÚBLICO: Conceito; Aspecto Quantitativo do Patrimônio Público. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP): Conceito; Atributos Contábeis; Estrutura do PCASP; Natureza dos Saldos; Classes; Natureza da Informação; Níveis de Desdobramento.

## **ANEXO II – MODELO RECURSO**

Para a interposição do recurso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

1. O recurso deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

a) um único formulário CAPA DE RECURSOS com todos os campos devidamente preenchidos e, obrigatoriamente, assinado pelo(a) candidato(a) ou por procurador(a) com poderes postulatórios;

b) um formulário JUSTIFICATIVA DE RECURSO, devidamente preenchido, exclusivo para cada questão, cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado (EXCLUSIVO PARA PROVA ON-LINE);

c) um formulário JUSTIFICATIVA DE RECURSO, devidamente preenchido, indicando o motivo da impugnação e contendo a justificativa do(a) candidato(a) (EXCLUSIVO PARA PROVA PRÁTICA);

2. Serão indeferidos preliminarmente recursos intempestivos, inconsistentes, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e (ou) fora de qualquer uma das especificações estabelecidas nos editais referentes ao processo seletivo ou nos formulários.

## RECURSO

### CAPA DE RECURSO

NÚMERO DO RECURSO: \_\_ (PREENCHIMENTO PELO CENTRO DE ESTUDOS DA DPE/RO)

1. Identificação do(a) candidato(a):

1.1 Nome: \_\_\_\_

1.2 Localidade da vaga: \_\_\_\_\_

1.3 CPF: \_\_\_\_\_

1.4 E-mail: \_\_\_\_\_

1.5 Telefone: \_\_\_\_\_

2. Solicitação

Solicito revisão do gabarito preliminar da prova on-line/ resultado preliminar da prova prática, quanto a(as) questão(ões) de nº \_\_\_\_\_, conforme as especificações inclusas.

LOCAL, de \_\_ de 2023.

Assinatura do(a) candidato(a)

(em outra folha)

### JUSTIFICATIVA DE RECURSO DA PROVA ON-LINE

1 QUESTÃO OBJETO DO RECURSO - número

1.1 Gabarito da Defensoria Pública de Rondônia- letra

2 Resposta do(a) Candidato(a) – letra

2.1 ARGUMENTAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

### ANEXO III – CRONOGRAMA

Período de inscrições (on-line)	06/10/2023 a 18/10/2023
Divulgação das inscrições definitivas e agendamento das provas práticas	20/10/2023
<b>Data da prova prática dos cursos Letras/Libras, Comunicação Social ou afins – especializado em artes-gráficas, Comunicação Social ou afins – especializado em audiovisual, horários e data conforme agendamento com os candidatos</b>	21/10/2023 e 22/10/2023.
Data e horário de aplicação das <b>provas on-line dos demais cursos</b> , com link das provas on-line enviadas ao e-mail cadastrado na inscrição pelos candidatos, durante a semana que antecede a prova. Obs.: Verificar a caixa de spam e debloquear o e-mail <a href="mailto:processoseletivo@defensoria.ro.def.br">processoseletivo@defensoria.ro.def.br</a>	22/10/2023, das 8h00 às 9h00, (horário de Rondônia, período da manhã)
Divulgação do gabarito preliminar	23/10/2023
Recursos ao gabarito preliminar da prova on-line (recurso técnico).	24/10/2023
Correção das Provas	23/10/2023 a 27/10/2023
Divulgação do gabarito definitivo e resultado dos recursos ao gabarito preliminar da prova on-line	30/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da prova on-line e da prova prática.	31/10/2023
Recursos ao resultado preliminar da prova on-line (recurso administrativo) e da prova prática (recurso técnico).	01/11/2023
Divulgação do resultado final da prova on-line e dos recursos ao resultado preliminar	03/11/2023

**Observação:** O recurso contra erros administrativos referentes aos procedimentos normatizados no respectivo edital, omissões e erros materiais terão o prazo de **01 (um) dia útil** após a divulgação do respectivo ato, **sob pena de preclusão.**



Documento assinado eletronicamente por **Victor Hugo de Souza Lima, Defensor Público-Geral do Estado**, em 05/10/2023, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0275733** e o código CRC **14D811D0**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.106043.2023.

Documento SEI nº 0275733v47